

PETIÇÃO INICIAL - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA TRABALHISTA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ____ VARA DO TRABALHO DE

RECLAMANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECLAMADA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RAMO DE ATIVIDADE: _____

I – DOS FATOS

1. O Reclamante manteve vínculo empregatício com a Reclamada, conforme documentos anexos, sendo que a empresa principal vem se escondendo atrás da personalidade jurídica da pessoa jurídica para fraudar direitos trabalhistas.
2. Verifica-se que a Reclamada utiliza-se da pessoa jurídica para desviar bens e recursos, dificultando a satisfação dos créditos trabalhistas, configurando abuso da personalidade jurídica.
3. Tal conduta tem causado prejuízos ao Reclamante, especialmente na garantia dos direitos decorrentes da relação de emprego, não podendo ser admitida em face dos princípios da dignidade da pessoa humana e da função social da empresa.

II – DO DIREITO

1. A desconsideração da personalidade jurídica é instituto previsto no artigo 50 do Código Civil, aplicável ao Direito do Trabalho para coibir fraudes e abusos que prejudiquem trabalhadores.
2. A jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho admite a aplicação da

desconsideração da personalidade jurídica quando verificado o desvio de finalidade ou confusão patrimonial, conforme Súmula 435 do TST.

3. Ainda, a CLT, em seu artigo 2º, § 2º, reconhece a responsabilidade subsidiária das empresas controladoras ou coligadas, reforçando a necessidade de proteção do trabalhador.

4. No caso em tela, restou demonstrado o abuso da personalidade jurídica pela Reclamada, ensejando a aplicação do referido instituto para alcançar o patrimônio dos sócios e empresas vinculadas.

III – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS

1. Requer-se a desconsideração da personalidade jurídica da Reclamada, para que sejam responsabilizados diretamente os sócios e/ou empresas coligadas, pelo cumprimento das obrigações trabalhistas.

2. Tal medida se faz necessária para garantir a efetividade da tutela jurisdicional e a justa satisfação dos créditos do Reclamante.

IV – DAS PROVAS

Para comprovar o alegado, requer a produção das seguintes provas:

- Prova documental, incluindo contratos sociais, balanços e documentos contábeis;
- Prova testemunhal para demonstrar a confusão patrimonial e o desvio de finalidade;
- Perícia contábil para análise das movimentações financeiras e identificação dos responsáveis;
- Juntada de documentos complementares que se fizerem necessários.

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A citação da Reclamada para responder aos termos da presente ação;
2. A desconsideração da personalidade jurídica da Reclamada, com a consequente responsabilização dos sócios e/ou empresas coligadas pelas obrigações trabalhistas;
3. A condenação da Reclamada e dos responsáveis ao pagamento das verbas trabalhistas devidas ao Reclamante, incluindo salários, horas extras, férias, 13º salário, FGTS, multas, indenizações e demais direitos;
4. A produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente as documentais, testemunhais e periciais;
5. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o Reclamante pessoa economicamente

hipossuficiente;

6. A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios e custas processuais;

7. A aplicação da multa por desobediência ao artigo 467 e 477 da CLT, caso haja resistência ao pagamento;

VI – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ _____ para efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____

Local

Data

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelo-juris.com/desconsideracao-da-personalidade-juridica-trabalhista/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.